



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10932 - Resumo Expandido - Trabalho - XIV ANPED SUL (2022)

ISSN: 2595-7945

Eixo Temático 22 - Educação Especial

DIAGNÓSTICO DO PLANO DE TRABALHO ADAPTADO PARA ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL EM UMA ESCOLA DE PORTO ALEGRE/RS

Gabriela Maria Barbosa Brabo - UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**DIAGNÓSTICO DO PLANO DE TRABALHO ADAPTADO PARA ALUNOS PÚBLICO-ALVO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO ENSINO REMOTO EMERGENCIAL EM UMA ESCOLA DE PORTO ALEGRE/RS**

**INTRODUÇÃO:** Em março de 2020, a partir de regras normativas federais, estaduais e municipais, escolas da educação básica e o ensino superior tiveram as aulas suspensas em decorrência da pandemia de COVID-19. Como providência, a fim de evitar a disseminação do Coronavírus, governos adotaram a educação remota emergencial, impactando de forma direta o atendimento de alunos público-alvo da Educação Especial. Este artigo teve como objetivo principal compreender o impacto do plano de trabalho adaptado ao ensino remoto emergencial, durante a pandemia, em uma escola da rede pública de educação de Porto Alegre/RS.

O isolamento social possibilitou o ganho de tempo para uma resposta das ciências médicas, mas não sem um alto preço a se pagar. As consequências dos quase dois anos de isolamento social afetaram o campo da educação, obrigando-nos a repensar estratégias de ensino-aprendizagem e modelos de aulas e avaliações. Com o fechamento das escolas, a principal preocupação recaiu sobre como proporcionar a continuidade aos estudos, mas sem ignorarmos os impactos que concernem à vida dos alunos, ao considerarmos que a escola cumpre também funções relacionadas à segurança alimentar e proteção social de crianças e adolescentes.

Apesar da resposta relativamente rápida direcionada à implementação do ensino remoto no nível superior, verificou-se que o governo federal se omitiu de sua função ao não proporcionar orientações unificadas à educação básica, deixando a cargo dos gestores estaduais e

municipais a organização e implementação dos planos de atividades.

No Brasil, apresentam-se propostas difusas que refletem a falta de liderança do Ministério da Educação, que indicou a possibilidade de se utilizar a modalidade a distância no ensino superior, por meio da portaria nº 343 de 2020, posteriormente apresentou a medida provisória nº 934 que retirou a obrigatoriedade de cumprimento de 200 dias letivos, mantendo a carga horária mínima nos diferentes níveis educacionais. A tomada de decisões a respeito do modelo de funcionamento da educação básica ficou sob os cuidados dos estados que têm apresentado iniciativas que se direcionam à substituição da educação presencial pelas aulas remotas ou adoção da modalidade a distância na educação básica (ARRUDA, 2022, p. 261-262).

Dessa forma, dadas as limitações impostas pela pandemia e conhecidos os desafios vivenciados pelos alunos público-alvo da Educação Especial, buscamos realizar, por meio desta pesquisa, um diagnóstico do plano de ações para o ensino remoto emergencial que foi desenvolvido em uma escola da rede pública de ensino do município de Porto Alegre/RS.

**MÉTODO:** Quanto à metodologia, a abordagem foi quantitativa, de natureza documental, configurando-se em uma investigação de caráter empírico que se debruçou sobre uma situação real e concreta, buscando olhar de forma profunda para um fenômeno de grande impacto (YIN, 2014), mas que atingiu de formas muito variadas estudantes no mundo todo.

O contexto da pesquisa foi uma escola de Ensino Fundamental da rede pública de ensino, localizada em um bairro da zona leste da cidade de Porto Alegre/RS. Atende um total de 38 alunos identificados como público-alvo da Educação Especial, sendo que para a pesquisa, foi realizado o recorte de 24 alunos, matriculados entre o 3º e o 7º ano do Ensino Fundamental.

A pesquisa se debruçou sobre a prática aplicada pelos professores e equipe pedagógica, realizada entre os meses de fevereiro e abril de 2022. Pôs-se foco sobre os registros escolares dos anos letivos de 2020 e 2021, tendo como objetivo compreender, de forma analítica, o impacto do plano de trabalho adaptado para alunos público-alvo da Educação Especial, no formato remoto emergencial, durante a pandemia de Covid-19.

Os dados foram coletados dos pareceres escolares dos alunos, onde foi possível compor sua caracterização de acordo com faixas etária, níveis de escolaridade, percepção de responsável escolar, classificação de deficiências e os fluxos de retirada e entrega de suas atividades escolares. O período estudado abrangeu o ano letivo de 2020 integralmente e os meses de março a julho de 2021. A partir de agosto, iniciou-se o modelo híbrido, dividido entre aulas remotas e presenciais.

De acordo com a equipe de gestão, foram produzidas atividades quinzenais e distribuídas aos

alunos por meio de diferentes plataformas, com enfoque maior na rede social Facebook. Posteriormente, com o arrefecimento da pandemia, foram realizados plantões presenciais para entrega e coleta de atividades, com datas e horários previamente comunicados. Dessa forma, foi possível a preparação de atividades de caráter individualizado, oportunizando as devidas adequações pedagógicas, consonantes com a singularidade de cada aluno.

**RESULTADOS:** A partir da coleta dos dados nos pareceres escolares, procedeu-se à sistematização e organização dos alunos, de acordo com os seguintes agrupamentos: (a) faixa etária, nível escolar e percepção de responsável escolar; (b) fluxos de retirada e devolução das atividades escolares e as taxas de aproveitamento escolar.

**a) Caracterização dos alunos:** foram sistematizados os dados relativos à faixa etária dos alunos, nível escolar e a percepção de responsáveis escolares. A faixa etária se situa entre oito e 14 anos. Observou-se que metade dos alunos possui perfil etário com indicação para situar-se no que, em tese, corresponde ao Ensino Fundamental 1. Essa fase de ensino é primordial para que além das competências pedagógicas, competências sociais sejam adquiridas. A ausência do ensino presencial já acarreta danos ao processo de aprendizagem. Logo, o plano de atividades remotas tem seu efeito potencializado, uma vez que visa dar conta da ausência da escola como espaço de sociabilidade.

Quanto à distribuição dos alunos, a maioria (25%) se situa no 3º ano, e a minoria (16%) no 6º ano. A maior parte dos alunos ainda está matriculada na primeira fase do Ensino Fundamental, o que exige atividades direcionadas aos ciclos de alfabetização. O conteúdo programático, mesmo que adaptado, demanda estratégias de ensino que muitas vezes estão aquém da compreensão dos responsáveis escolares, ocasionando situações amplamente relatadas de frustração por parte das famílias e dos alunos. Cabe ressaltar que a escola possui uma organização de duas turmas por nível escolar, o que acarreta, muitas vezes, a inserção de até quatro alunos com matrícula de inclusão por turma.

Sobre a identificação dos responsáveis pela vida escolar dos alunos — entendendo corresponderem às pessoas que retiravam e devolviam as atividades, bem como auxiliavam na execução das tarefas —, os resultados foram previsíveis. As atividades relacionadas ao cuidado com os alunos ficaram majoritariamente para as mulheres (14 mães e 4 avós), refletindo a distribuição das funções e tarefas sociais de forma mais ampla na sociedade. Os educadores relataram que, muitas vezes, foi possível perceber alterações na grafia das atividades, que podem denunciar a prática de responsáveis realizando atividades pelos alunos, impactando nos dados referentes ao aproveitamento escolar.

**b) Fluxo de atividades realizadas no modelo remoto:** o contexto pandêmico evidenciou ainda mais as muitas desigualdades do sistema educacional e social do país, com especial impacto sobre os alunos público-alvo da Educação Especial, seja pela falta de suporte clínico como apoio à aprendizagem, seja pela falta de acompanhamento pedagógico presencial, que auxilia alunos e famílias a enfrentarem um sistema de ensino que utiliza o termo inclusão, mas que, no máximo, integra os alunos às salas regulares. Portanto, enfatiza-se o cuidado para

que os números sobre os fluxos das atividades não sejam utilizados como fator moralizante e de responsabilização dos alunos e familiares pelos resultados escolares.

No ano de 2020, foi realizado um total de 336 atividades, com periodicidade quinzenal, perfazendo uma produção mensal de 48 atividades. Quando confrontados os números de retirada de atividades pelos responsáveis, verifica-se uma taxa de 60% das retiradas sobre a produção total, sendo dos meses de maio e junho as taxas mais altas de retirada, com desaceleração em julho e agosto. Esses números indicam um maior empenho no início do plano de ação, seguido de uma retomada apenas quando iniciado o segundo semestre letivo. Quando comparados os números de atividades devolvidas pelos alunos no mesmo ano, eles indicam uma taxa de efetividade de 95% no que tange ao retorno previsto. Ainda assim, representa apenas 48% do montante produzido. Esses valores, quando somados ao avanço coletivo indiscriminado, evidenciam um aumento ainda maior das dificuldades encontradas em 2021.

Já no ano de 2021, primeiro semestre, foram adaptadas e construídas 240 atividades. Desse montante, um total de 122 tarefas foram entregues de março a junho. Com um panorama de retiradas decrescente e uma melhora apenas no mês de julho, foi constatado um índice de 50,8% das retiradas previstas. O número de atividades devolvidas pelos alunos, um total de 115, representa o montante de 47,9% de devolução, indicando uma queda ao longo dos meses, com um pequeno aumento apenas no encerramento do segundo trimestre.

Quando comparados os anos de 2020 e 2021, percebemos movimentos de distanciamento dos alunos com a escola. Essas oscilações e a defasagem verificada de um ano a outro podem ser motivadas pelas intempéries da pandemia e o longo período de afastamento da escola. Os números podem também ser impactados pelas ações dos responsáveis que, diante dos desafios de “ensinar”, se sentem despreparados para tal, ou até mesmo desmotivados quando não percebem uma evolução dos alunos, ainda que tenham aplicado as atividades integralmente.

Quanto ao aproveitamento escolar, ressalta-se inicialmente que conforme o Parecer CME/POA nº 8/2020, no ano de 2020 nenhum aluno foi reprovado e os 200 dias letivos obrigatórios foram flexibilizados. No ano de 2021, os números foram os seguintes: 18 avanços, quatro reprovações e dois abandonos. Ao nos depararmos com uma taxa de reprovação e abandono de 25%, encontramos uma contradição, pois os valores relativos a 2021 indicam que cerca de 52% dos alunos não entregaram atividades. Assim, pelo menos 27% dos alunos avançaram sem entregar atividades letivas suficientes para aprovação.

**DISCUSSÃO:** Procedeu-se à análise dos dados a partir de eixos correspondentes aos agrupamentos investigados.

**Caracterização dos alunos:** quando Bourdieu e Passeron publicaram *A reprodução*, em 1970, pouco se falava sobre a inclusão de alunos com deficiência na escola regular, mas a teoria sustentada pelos autores permanece atual e contribui para a análise dos dados. Inicialmente, nos deparamos com os já conhecidos impactos causados pelo histórico processo

de desigualdade educacional que, somado às desigualdades sociais, sustenta-se também pela exclusão dos que não possuem o capital cultural reivindicado pelas camadas sociais dominantes. Essas dinâmicas incidem também nos contextos educacionais, colocando em desvantagem alunos de escolas públicas se comparados a alunos das redes privadas de ensino, entre outras coisas, pela falta de recursos materiais e humanos. Tal ordenamento se apresenta de forma curricular, oculta e excludente, ao transmutar do social para o educacional, sob o argumento de uma democratização de oportunidades que se reflete no espaço escolar na forma de uma falsa neutralidade, ignorando as violências simbólicas e as classificações intraescolares (BOURDIEU; PASSERON, 1992).

Quando vistos sob o aspecto da transferência de capitais, os números revelados pela baixa escolaridade dos responsáveis vão ao encontro da baixa adesão ao plano de trabalho proposto pela escola e podem, em parte, explicar os resultados escolares. Essa percepção se justifica com o suporte dado por Bourdieu, quando afirma:

Na realidade, cada família transmite a seus filhos, mais por vias indiretas que diretas, um certo capital cultural e um certo *ethos*, sistemas de valores implícitos e profundamente interiorizados, que contribui para definir, entre outras coisas, as atitudes face ao capital e à instituição escolar (BOURDIEU, 2003, p. 41).

A pandemia de Covid-19 impactou de forma contundente as dinâmicas familiares, acarretando também o receio de circulação social. Entretanto, vários foram os relatos por parte da equipe pedagógica sobre as justificativas dos responsáveis que seguidamente alegavam não achar válido sobrepor os interesses educacionais à segurança sanitária de seus familiares — o que não se sustenta, na medida em que foram ofertadas várias opções remotas para os fluxos de atividades. Assim, apoiamo-nos nos sistemas de transmissão cultural Bourdieusanos para compreender e explicar a renúncia às atividades letivas por grande parte de responsáveis por alunos público-alvo da Educação Especial.

**Dos fluxos:** analisamos os fluxos de retirada e devolução das atividades a partir dos aspectos ideológicos que circundam a relação família e escola. Por ideologia, propomos uma concepção Durkheimiana do termo em seu sentido formal, entendendo que não há uma conceitualização da palavra, mas sim, uma forma discursiva que culmina em uma noção implícita de sua definição. Assim, a baixa adesão dos responsáveis por alunos público-alvo da Educação Especial às retiradas das atividades pode ser lida como uma expressão implícita desses responsáveis sobre o papel da escola no desenvolvimento dos alunos. Ao não encontrarem, na experiência escolar, os fatores de mobilidade social prometidos por princípios lógicos, inconscientemente bloqueiam a transmissão da cultura escolar e passam a significar o lugar com certa descrença, sobretudo pais de alunos com deficiência que já possuem o sentimento legítimo de não pertencimento de seus filhos à escola regular.

Os dados refletem movimentações de aproximação e deslocamento com a escola de acordo com as datas de início de fechamento do calendário escolar, havendo um número maior de entregas de atividades no início dos trimestres letivos e nas semanas de fechamento dos pareceres, denotando haver um interesse mais focado nas aprovações do que propriamente nos resultados concretos de aprendizagem.

Ao buscar tornar as atividades escolares mais acessíveis e mitigar os processos de exclusão na escola, a coordenação pedagógica orientou realizar flexibilizações pedagógicas para todos os alunos. Tal prática, amplamente vista como uma ação inclusiva, não está livre de consequências às vezes danosas para os alunos, pois para Fávero (2007), as medidas que são comumente utilizadas para combater a exclusão não promovem uma mudança efetiva. Para a referida autora, é necessária uma ação contrária, com a finalidade de neutralizar os desequilíbrios criados pelas heterogeneidades das turmas.

Assim, o avanço de 75% dos alunos no ano letivo de 2021 pode significar uma defasagem futura ainda maior em termos de aprendizagem, pois o avanço coletivo de 2020 deixa para o ano de 2022 a missão de concentrar em um ano os conteúdos e competências programados para três anos letivos. Esses eventos podem culminar em uma reação em cadeia que acarretará perdas significativas em todo o percurso formativo desses alunos.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS:** Os números revelados por esta pesquisa indicaram um cenário de descrédito das famílias para com a escola e com a educação enquanto direito básico das crianças. Sejam as motivações as mais variadas possíveis, verifica-se que a educação ainda se configura como elemento de distinção entre diferentes estratos sociais, tendo sua finalidade ora mais valorizada, ora menos. Nesse sentido, a teoria sociológica contribui com a compreensão da função social da escola.

Que privilégio nos levaria a conhecer de outra forma a função educativa? Responder-se-á que não há nada mais evidente do que o seu fim: o de preparar as crianças. Logo, para que haja educação, faz-se mister que haja, em face de uma geração de adultos, uma geração de indivíduos jovens, crianças e adolescentes; e que uma ação seja exercida pela primeira, sobre a segunda (DURKHEIM, 1993, p. 38).

Assim, é preciso que cada segmento da sociedade assuma a sua parcela de responsabilidade, a fim de minimizar os efeitos catastróficos da pandemia de Covid-19 sobre o processo de escolarização, sobretudo na escola pública brasileira. Contudo, segue atual a compressão da educação como bem passível de transmissão cultural, herdado através das gerações, e que quando sai do eixo, tensionado por eventos disruptivos, deve encontrar nos governos e nas políticas públicas o impulso de repactuação necessário para corrigi-lo.

É notório que estudantes com deficiência foram ainda mais prejudicados na pandemia devido,

entre outras coisas, à negligência do Ministério da Educação (MEC) no auxílio às redes de educação. Do fechamento das escolas até o presente momento, não houve esforço algum no intuito de amenizar os impactos da pandemia sobre os processos de aprendizagem dos alunos público-alvo da Educação Especial, seja por meio de políticas públicas, seja por meio de projetos de recuperação das perdas pedagógicas.

Os impactos da pandemia deverão ser sentidos durante todo o percurso escolar dos estudantes, e certamente repercutirão também após sua escolarização. Sabendo-se disso, somente com clareza e rigor científico de pesquisas ainda a serem produzidas, poderemos desvendar os desafios educacionais que estão dados. Esta pesquisa não teve a pretensão de responder a complexa problemática posta, mas sim, dar o pontapé inicial, começando por um grupo que historicamente sempre tem sido preterido, quando não deixado para o final: os alunos público-alvo da Educação Especial.

**Palavras-chave:** Ensino Remoto Emergencial. Educação Especial. COVID-19.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Eucidio Pimenta. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *EmRede*, v. 7, n. 1, p. 261-272, mai. 2020.

BOURDIEU, Pierre. A Escola Conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: BOURDIEU, Pierre. **Escritos da Educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 41-79.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A Reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

DURKHEIM, Émile. Natureza e método da pedagogia. In: \_\_\_\_\_. *Educação e Sociologia*. 10. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1975. p. 38.

FÁVERO, A. G. Educação Especial: tratamento diferenciado que leva à inclusão ou à exclusão de direitos? In: FÁVERO, A. G.; PANTOJA, L. de M. P.; MANTOAN, M. T. E. *Atendimento Educacional Especializado: aspectos legais e orientação pedagógica*. Brasília, MEC/SEESP, 2007, p. 13-22.

PORTO ALEGRE. **Parecer CME/POA nº 8/2020**, de 1º de setembro de 2020. Processo eletrônico nº 20.0.000068974-3. Conselho Municipal de Educação. Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

YIN, R. K. **Estudo de caso:** Planejamento e métodos. São Paulo: Bookman, 2014. Disponível em: <[https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia\\_da\\_pesquisa\\_estudo\\_de\\_caso\\_yin.pdf](https://saudeglobaldotorg1.files.wordpress.com/2014/02/yin-metodologia_da_pesquisa_estudo_de_caso_yin.pdf)>. Acesso em: 04 maio 2022.